



Prefeitura Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

CORRESPONDÊNCIA

RECEBIDA EM

15/03/99

às 16:50 horas

Edna

MENSAGEM N.º 04/99, DE 12.03.99

Exm.º Sr.
Vereador Itamar dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta

A C.L.T.R. com cópia aos Vereadores Edvaldo
Borão, Ademir da Paixão, Geraldo Calceiro e Antônio Carlos Jacó
Rosa Araújo F. - 15/03/99
monet Foguinho!

[Assinatura]
Vereador - Itamar dos Santos
PRESIDENTE DA CÂMARA

Senhor Presidente,

Apraz-nos encaminhar a V.Ex.ª, para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, o Projeto de Lei anexo, que “altera a redação do § 1º, do art. 1º, da Lei Municipal 2.037, de 08.02.90, que dispõe sobre a concessão de Bolsas de Estudo a Servidores Públicos Municipais”.

Em 1990, visando a incentivar os servidores públicos a cursar o terceiro grau, a administração municipal instituiu a concessão de bolsas de estudo como forma de financiar 50% (cinquenta por cento) do custo da mensalidade escolar dos servidores que estejam cursando, pela primeira vez, o nível superior.

O número de bolsas foi fixado em 25 (vinte e cinco), o que vinha atendendo à demanda dos servidores interessados. Contudo, à vista do aumento do número de servidores e à oferta de novos cursos superiores em Ubá e região, aumentou consideravelmente o número de servidores que vêm reivindicando tal benefício.

Desta forma, considerando o interesse da administração municipal em contribuir para a melhoria da capacitação pessoal e profissional de todos os servidores, inclusive como forma de melhorar a qualidade do serviço público, vimos propor aos Senhores Vereadores o aumento da quantidade das bolsas, das atuais 25 (vinte e cinco), para 40 (quarenta).

Oportuno salientar que são os seguintes os critérios para concessão dessas bolsas:

- situação sócio-econômica do candidato;
- correlação entre o curso escolhido e a atividade desenvolvida pelo candidato no setor de seu trabalho;
- mérito;
- antigüidade.

Assim, confiantes no endosso dos Senhores Vereadores a esta nossa proposição, solicitamos ao ilustre Presidente conceder à presente matéria a tramitação de urgência de que trata o art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Nelson Paulo Michelli
Prefeito de Ubá



Prefeitura Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N.º 017/99, DE 12.03.99
(Ref.: Mensagem 04/99, de 12.03.99)

Altera a redação do § 1º, do art. 1º, da Lei Municipal 2.037, de 08 de fevereiro de 1990, que dispõe sobre a concessão de Bolsas de Estudo a Servidores Públicos Municipais.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º, do art. 1º, da Lei Municipal 2.037, de 08 de fevereiro de 1990, que “concede Bolsas de Estudo a Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências”, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 1º (...)

§ 1º As Bolsas de Estudo serão concedidas até um limite de 40 (quarenta) Bolsas”.

Art. 2º Permanecem inalterados e em pleno vigor os demais dispositivos da Lei Municipal 2.037, de 08 de fevereiro de 1990.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 12 de março de 1999.

Narciso Paulo Michelli

Prefeito de Ubá